

A Operação Desmonte literalmente desmontada

Será que houve alguém, neste país da "Nova" República, que se tenha iludido com a Operação Desmonte? Se houve, a ilusão durou pouco, como, de resto, todas as ilusões porventura provocadas por intenções proclamadas ou propósitos manifestados pelo governo Sarney.

Antes de se reunir, na tarde de segunda-feira, com seus dois principais assessores econômicos, para discutir o projeto de Orçamento Geral da União para 1989, o presidente se reunira com seus assessores políticos. O que tornou perfeitamente inútil a segunda reunião. Mafson da Nóbrega e João Batista de Abreu certamente ouviram do presidente aquilo que o público externo ouviu logo depois, primeiro do líder do governo no Senado, Marcondes Gadelha e, depois, do porta-voz oficial do Palácio do Planalto.

Ou seja, que a Operação Desmonte estava literalmente desmontada. Nada daquilo que um jornal de Brasília publicara no domingo como sendo as medidas práticas propostas pelos dois ministros para redimensionar a máquina estatal em função da nova distribuição da Receita Federal determinada pela futura Constituição, e tendo em vista o compromisso assumido com o FMI de reduzir o déficit público a 2% do PIB a partir de uma (hipotética) redução, neste exercício orçamentário, de 4% do PIB, era para valer.

Nem extinção de ministérios, nem de outros órgãos da administração federal, nem muito menos qualquer dispensa de funcionários ociosos, desde já, ou que se tornarão ociosos depois do corte de 17% na receita federal em benefício de Estados e municípios.

O que permanece, segundo aqueles que falaram pelo governo, são os propósitos de austeridade. Cabe ao público externo tentar entender como se instaura a austeridade sem reduzir os compromissos financeiros do governo, e cabe também a esse público externo sopesitar a sua curiosidade para ver o que vai acontecer na reunião do presidente, amanhã, com todo o seu ministério, na qual certamente não serão poucos os ministros que terão argumentos semelhantes aos do dr. Aureliano Chaves para dizer que não há mais o que cortar nas suas respectivas áreas.

O argumento do ministro das Minas e Energia, abstração feita da prioridade número um deste país às portas da hiperinflação, é irresponsável: se forem reduzidos os investimentos no setor da energia elétrica, haverá racionamento de energia a partir de 1992. O que ele esqueceu é que a prioridade número um a que nos referimos linhas atrás é controlar uma inflação que antes de ser hiper já provocou uma redução das atividades econômicas que, ainda que se mantivesse nas proporções de hoje até 1992, evitaria qualquer racionamento de energia naquele ano, mesmo que fossem cortados os investimentos no setor, simplesmente porque não haveria qualquer aumento do consumo. No caso — mais do que provável se a austeridade não for para valer — de instalar-se a hiperinflação, então haveria em 1992 farta ociosidade da energia gerada...

Mas, como fica claro nas declarações do senador Gadelha, não é com isso que o presidente Sarney está preocupado no momento em que se desmonta a Operação Desmonte. Segundo o senador, o que o preocupa, em primeiro lugar, é a pressa com que o deputado Ulysses Guimarães vem conduzindo os trabalhos da Constituinte. Sarney gostaria que os trabalhos andassem mais devagar por uma questão de "estratégia política": ele acredita que, se a nova Constituição demorar a ser promulgada, o orçamento de 1989 poderá ser montado ainda de acordo com o atual texto constitucional, com a mesma sistemática de distribuição da receita tributária em vigor no momento. Assim, o governo federal não perderia este ano os 17% da receita com impostos que a nova Constituição transfere para os Estados e municípios e em consequência não perderia o poder político

decorrente do atual sistema de distribuição de verbas e não precisaria fazer os cortes drásticos previstos no orçamento ora em discussão.

O raciocínio é absolutamente falso. Apenas uma parte dos cortes previstos na Operação Desmonte está diretamente ligada à divisão dos tributos criada pela Assembleia Constituinte. Muito antes disso, os ministros da Fazenda e do Planejamento já trabalhavam com a necessidade de reduzir, drasticamente, as despesas do setor público. Em primeiro lugar, para equilibrar as finanças oficiais, condição primeira para controlar a inflação. Em segundo lugar, porque na renegociação da dívida externa, para escapar da moratória dogmática do PMDB e suas drásticas consequências, Mafson da Nóbrega assumiu o compromisso — como dissemos antes — de conter o déficit público este ano em 4% do PIB e reduzi-lo em 1989 para 2% do produto interno. Portanto, mesmo que a Constituinte atrasasse, mesmo que parte do capítulo tributário da Constituição que vem aí não valha para o ano que vem, a Operação Desmonte continua sendo uma necessidade, ainda que não precise ser chamada de Operação Desmonte. Até ontem acreditávamos que a divulgação antecipada de parte dos planos de cortes no orçamento havia sido arquitetada por funcionários do governo que seriam atingidos pelos cortes, para tentar uma reação em cadeia contra os planos de austeridade dos dois ministros econômicos. Hoje já temos dúvidas quanto a esta interpretação. É possível que a iniciativa de "vazar" o documento tenha partido dos próprios ministérios responsáveis pelo orçamento, numa tentativa de mostrar à opinião pública brasileira o que precisaria ser feito e eles pretendiam fazer mas não conseguiram.

Está claro que Mafson da Nóbrega e João Batista de Abreu saem mais uma vez derrotados nos seus esforços para fazer o que os verdadeiros interesses do País exigem que se faça. Mais uma vez o monstro estatal engoliu quem pretendeu domá-lo. Com a cumplicidade do presidente Sarney.

O mesmo Sarney que no dia 16 de março de 1985, ainda como vice-presidente, lendo perante o ministério que tomava posse um discurso escrito pelo então doente presidente Tancredo Neves, ameaçou: "Não abrirei mão da posição de condutor da política econômica do País e não permitirei que o ministério se divida em dois: os comprometidos com a austeridade e os comprometidos com os gastos. Em meu governo, todos os ministros e dirigentes de empresas públicas terão de estar igualmente comprometidos com a parceria nas despesas. Faltaria ao governo a verdadeira autoridade, o legítimo poder de persuasão, caso lhe faltasse a disposição de impor a si mesmo o comportamento que espero obter dos vários segmentos da sociedade".

A disposição era de Tancredo, não dele, que nunca teve jeito para exercer a verdadeira autoridade e nem disposição para se valer do legítimo poder de persuasão.